

**PROCESSOS FORMATIVOS PERMANENTES:  
ESTRATÉGIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DE QUE SE NECESSITA**

PERMANENT FORMATIVES PROCESSES: STRATEGY FOR  
THE CONSOLIDATION OF THE PUBLIC PROSECUTOR'S  
OFFICE THAT IS NEEDED

**Marco Aurélio Nogueira**

[nogueiramarcoa@gmail.com](mailto:nogueiramarcoa@gmail.com)

Professor Titular de Teoria Política da UNESP. Ex-diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI (2011-2015) e atual Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI da UNESP.

---



O mundo atual está encharcado de informações. Somos literalmente atacados por elas e não temos como evitá-las. Precisamos saber como estocá-las, organizá-las para podermos empregá-las de modo produtivo. Precisamos acima de tudo saber como transformar informações em conhecimentos.

Por isso, são valiosas as oportunidades de que dispomos para melhorar nossa capacidade de reflexão crítica, de análise e discussão. Sempre que possível, devemos fazer com que essas oportunidades nos ajudem a trocar experiências, a trabalhar coletivamente e a promover a articulação entre saberes mais acadêmicos e saberes mais práticos. Os profissionais que têm a possibilidade de aproveitar estas oportunidades ficam em melhores condições de exercer suas atividades e de contribuir para a sociedade como um todo.

Uma das mais consistentes destas oportunidades aparece sob a forma de cursos de especialização ou de extensão, nos quais um elenco de conhecimentos é oferecido para o debate e a reflexão dos participantes. Eles contribuem para que os profissionais reflitam sobre sua própria atuação, sobre o mundo em que vivem e trabalham, sobre as circunstâncias políticas e socioculturais que servem de moldura para as atividades de todos e de cada um dos cidadãos. Cursos deste tipo, quando bem organizados e bem aproveitados, ajudam a que se dialogue criticamente com o mundo contemporâneo, ou seja, com a realidade em que atuamos, que devemos conhecer e que desejamos transformar.

O Brasil está hoje precisando de maiores esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público, sua importância e sua utilidade para a cidadania. Trata-se de uma instituição que se integrou em lugar de destaque à arquitetura do Estado brasileiro. É respeitado e admirado, mas nem sempre se conhece tudo o que pode fazer. O MP precisa saber se apresentar para a sociedade, revelar para ela sua relevância institucional, legitimar-se sempre mais perante ela. Para que vá nesta direção, ganhos em termos de conhecimento crítico e de autoconhecimento são fundamentais.

A aquisição de mais e melhores conhecimentos está posta na mesa de todos os cidadãos brasileiros de modo estratégico, como um causa nacional de enorme grandeza. Nosso país apresenta níveis calamitosos de educação e a imperfeição do sistema escolar prejudica a todos indistintamente. Nosso déficit educacional é enorme: parte do ensino fundamental e da pré-escola e chega no mesmo diapasão ao ensino superior. As apostas nem sempre são coerentes, como é o caso, por exemplo, do incentivo que se tem feito para as universidades recebam mais e mais alunos sem que possam contar com a indispensável valorização do ensino fundamental e médio. Esforços para a melhoria do padrão coletivo de conhecimento e formação fazem parte daquilo que se poderia apresentar como um desafio recorrente e permanente. Não temos mais o direito de tratar a questão com indiferença, de não elegê-la como a verdadeira chave que abrirá as portas do futuro.

Particularmente para profissionais como os procuradores e promotores de justiça -- que têm bases consistentes de formação e de conhecimento --, cursos de extensão e especialização são oportunidades preciosas. Seu propósito não é apresen-

tar novas informações, nem ofertar conhecimentos de última geração, nascidos de circuitos estranhos à lógica profissional de atuação. É, ao contrário, contribuir para que se sistematizem conhecimentos já existentes, quem sabe mediante ênfases não usuais, que ajudem a que se dialogue melhor com o mundo e com esta sociedade que temos pela frente, que é extremamente complexa e muda com grande rapidez. No cotidiano profissional, nem sempre se tem condições de decodificar estas mudanças.

Processos de formação complementar também podem ser oportunidades para que se fomente a interação entre profissionais com experiências distintas e que atuam em campos diferentes, contribuindo assim para que se dê um passo além do conhecimento especializado.

Sempre que profissionais puderem dispor de novas oportunidades para acumular mais recursos intelectuais, melhor para todos. Eles poderão ganhar elementos para atuar com ainda maior competência, beneficiando a vida de todos os que são afetados por suas atividades. Seminários, palestras e cursos abrangentes têm a vantagem de oferecer leques amplos de conhecimentos, que não insistem demasiadamente na oferta de informações e saberes por demais especializados. Ligam os conhecimentos entre si e fomentam o alcance de visões articuladas do todo, convidando os profissionais a “saírem” de seu cotidiano, a superarem os limites de sua formação, a voarem mais alto.

Não se trata de valorizar unilateralmente o lado acadêmico. A atuação acadêmica tem suas idiossincrasias, mas não lhe são congênicas a fuga da realidade ou o desinteresse pela dimensão prática da vida. Promotores e procuradores públicos não existem precipuamente para elaborar conhecimento abstrato, teórico ou acadêmico. Sua força está na capacidade que têm de lidar com questões e situações pungentes, referidas à cidadania como um todo e para as quais o conhecimento teórico funciona como alimento. São agentes políticos: criadores de consensos e de respostas positivas para inúmeros problemas sociais.

O *Curso de Aperfeiçoamento para Agentes Políticos do Ministério Público Brasileiro*, ofertado em 2015 pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI da Universidade Estadual Paulista-UNESP, em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) de São Paulo, buscou ser um passo na direção da qualificação dos agentes do MP entendidos como agentes políticos. Sua organização didático-pedagógica, seus módulos programáticos e seus critérios de avaliação foram concebidos para que o conhecimento abrangente servisse de base para uma melhor compreensão do quadro social e, assim, para uma atuação mais qualificada de promotores e procuradores.

Estamos convencidos de que se tratou de uma experiência bem-sucedida, que contribuiu para a formação dos profissionais que dela participaram e, também, para uma atuação mais competente e criteriosa do Ministério Público paulista.

O Ministério Público ganhou novo perfil institucional com a Constituição de 1988, que o projetou em destaque na organização política do Estado brasileiro. Dotado de plena autonomia institucional (funcional, administrativa e orçamentária), o